



356ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Alex Catapani e os membros, Benedita Auxiliadora de Moraes, Gabriela Cristina da Silva Coelho, Margarete Soares de Oliveira, Rosemeire Maria de Jesus, Valeria Regina Rodrigues De Lima e Marcia Denise Gusmão Coelho. Ausente a Conselheira Ivone Cardoso Vicente Alfredo. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, o Diretor Financeiro Anderson Franco Boytchuk do Nascimento, a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria e o Diretor Administrativo Paulo Henrique Passos do Nascimento. O Presidente do CaraguaPrev, por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Alex, deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos e elencou os seguintes itens da pauta, sendo: 1) Plano de Trabalho Atuarial; 2) Prestação de Contas Março/2026; 3) Prestação de Contas 1º trimestre 2026; 4) Comunicado FI Itaú Institucional RF Referenciado DI FIF RL, CNPJ: 00.832.435/0001-00; 5) Relatório Controle Interno – 1º trimestre 2026; 6) Relatório de Governança Corporativa 1º trimestre 2026 Item 3.2.1 Pró-Gestão; e, 7) Cursos Plano de Capacitação – Item 3.3.1 Pró-Gestão; 8) Instrução Normativa dos consignados. Em seguida passou a palavra para o representante da empresa BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL, Sr. Halley Alceu Campos da Silva, que apresentou o primeiro item da pauta que trata do Plano de Trabalho Atuarial para o exercício de 2026 do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CARAGUAPREV, que constitui instrumento de planejamento técnico que estabelece as diretrizes, atividades, responsabilidades e prazos relacionados à execução dos serviços atuariais no âmbito do regime próprio de previdência social. Seu propósito central é assegurar a adequada condução das avaliações atuariais e demais estudos necessários à verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário municipal. O referido plano contempla a definição das atividades obrigatórias, com destaque para a realização da avaliação atuarial anual, a elaboração de relatórios técnicos e o atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. Inclui, ainda, a especificação das premissas atuariais a serem adotadas, tais como hipóteses biométricas, econômicas e demográficas, as quais fundamentam as projeções e estimativas relativas aos compromissos futuros do plano. Adicionalmente, o Plano de Trabalho Atuarial estabelece a atribuição de responsabilidades entre os diversos agentes envolvidos, incluindo o atuário responsável, a diretoria executiva, os conselhos deliberativo e fiscal, bem como



os setores administrativos encarregados do fornecimento de dados e informações. Também define o cronograma de execução das atividades, assegurando o cumprimento tempestivo das obrigações legais e a adequada prestação de informações aos órgãos de controle. Dessa forma, o Plano de Trabalho Atuarial configura-se como ferramenta essencial para a promoção da transparência, da governança e da sustentabilidade do regime previdenciário, contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e para a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados e dependentes ao longo do tempo. O Presidente agradeceu as explicações do representante e questionou aos presentes se havia alguma dúvida adicional. Não havendo manifestações, passou a palavra para a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos, que apresentou o segundo e terceiro itens da pauta que tratam da Prestação de Contas do mês de março de 2026 e da Prestação de Contas 1º trimestre de 2026, que estão disponibilizadas no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal e trimestral dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2026, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de março de 2026 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa apresentou performance positiva no mês, já os investimentos estruturados e em renda variável apresentaram performances negativas. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 1,26%, levemente abaixo da meta atuarial do mês que foi de 1,37%, mas acima da meta atuarial do ano. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,88% no mês, o resultado de março veio acima do esperado pelo mercado. A ata da última reunião do Copom registrou a redução da taxa Selic para 14,75% a.a., ao mesmo tempo em que reforçou uma postura cautelosa diante do elevado grau de incerteza do cenário. Em linhas gerais, o Comitê avaliou que o ambiente externo tornou-se mais desafiador, em especial em função do agravamento das tensões geopolíticas. O cenário macroeconômico brasileiro do mês é marcado por um ajuste às pressões inflacionárias globais e uma postura monetária restritiva. O relatório do Banco Central e as expectativas de mercado indicam uma economia em ritmo moderado, com vigilância sobre os impactos dos preços de energia e do cenário fiscal. Em março de 2026, a economia global atravessa



uma fase de estabilidade restringida, onde o crescimento resiliente é desafiado por novos choques geopolíticos e pressões inflacionárias persistentes. O principal vetor de incerteza no trimestre é a intensificação do conflito no Oriente Médio, que impactou diretamente os preços de energia e as expectativas de juros. A Guerra Rússia/Ucrânia completou 49 meses, sem expectativa de validação de um cessar-fogo por parte da Rússia. A tensão entre EUA e Irã escalou com o fechamento do estreito de Ormuz elevando a percepção de risco nos mercados e pressionando as expectativas de inflação globais. O Banco Central Europeu decidiu manter taxas de juros pela sexta reunião consecutiva, destacou que a guerra no Oriente Médio tornou o cenário significativamente mais incerto. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos no mês: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 63,09% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês. A estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” visando superar a meta atuarial e contribuir para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial; b) Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos que representam 8,35% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com aprovação da Política de Investimentos para alocação no segmento; c) Fundos ou ETFs de Renda Fixa que representam 27,02% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,10% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual.; e) Fundos de Ações que representam 1,11% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção; e f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,34% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável. Após apresentação, a prestação de Contas março de 2026 e a prestação de Contas 1º trimestre de 2026 passaram por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sendo aprovadas por todos os presentes. O



quarto item da pauta trata do comunicado FI Itaú Institucional RF Referenciado DI FIF RL, CNPJ: 00.832.435/0001-00, conforme e-mail enviado ao CaraguaPrev em treze de abril de dois mil e vinte e seis, pelo Gerente de Negócios Poder Público, Sr. Cleber Gobby, o comunicado foi lido integralmente e informa que o FI Itaú Institucional RF Referenciado DI FIF RL “encontra-se temporariamente não elegível para fins de recebimento de novas aplicações por regimes Próprios de Previdência Social”. “A situação decorre exclusivamente de evento passivo, relacionado à alteração do rating de debêntures emitidas pela Raízen, atualmente detidas pelo Fundo em percentual equivalente a aproximadamente 0,02% de seu patrimônio líquido, sem que tenha havido qualquer aquisição ativa pelo gestor do fundo desde a alteração do rating.” Após leitura, foi informado que o desenquadramento foi passivo, a exposição ao referido ativo é imaterial diante ao patrimônio total do Fundo e o evento não afeta a liquidez, nem a política de investimento ou perfil de risco do fundo. Diante do informado, o Conselho Deliberativo vai aguardar que o fundo atenda aos critérios regulatórios para sua manutenção, pois é um fundo que vem atingindo a meta atuarial ao longo dos anos e possui baixa volatilidade, caso não se adeque será feito o resgate para aplicação em outro fundo de investimento que tenha baixa volatilidade e atinja a meta de rentabilidade. O quinto item da pauta trata do Relatório Controle Interno – 1º trimestre 2026, em cumprimento ao Comunicado SDG nº 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também às exigências do Pró-Gestão Nível IV, o controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, sendo o relatório enviado previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e considerações, sendo aprovado pelos Conselheiros. Após a apresentação financeira passou a palavra ao servidor Sr. Natanael Norões, da área técnica, que falou sobre o sexto item da pauta que trata do Relatório de Governança Corporativa 1º trimestre 2026 Item 3.2.1 Pró-Gestão, sendo a minuta enviada previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e deliberação, sendo que após apresentação foi aprovado por todos os presentes. Em seguida tratou sobre o sétimo item da pauta que trata dos Cursos Plano de Capacitação – Item 3.3.1 Pró-Gestão. Foi destacado que, conforme as diretrizes do Pró-Gestão RPPS, os conselheiros devem participar das capacitações previstas. Ressaltou-se a importância desses cursos para o aprimoramento técnico, atualização de conhecimentos e melhor desempenho das funções no âmbito da gestão previdenciária. Também foi enfatizado que as capacitações contribuem para o fortalecimento da governança e para o cumprimento dos critérios exigidos pelo programa e que será enviado por e-mail o link de acesso aos cursos de capacitação. Após passou para o oitavo item da



pauta que trata da Instrução Normativa dos consignados, sendo enviado previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e considerações a minuta com a atualização da Instrução Normativa nº 39, de 29 de agosto de 2025 que dispõe sobre a regulamentação das consignações em folha de pagamento dos aposentados, pensionistas e servidores ativos do CaraguaPrev, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caraguatatuba, nos termos do artigo 75 da Lei Complementar nº 25 de 25 de outubro de 2007, sendo aprovada pelos Conselheiros. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 04 de maio de 2026. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho às 16h40min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo



Benedita Auxiliadora de Moraes
Membro do Conselho Deliberativo



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro



Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios



Paulo Henrique Passos do Nascimento
Diretor Administrativo

